

PARECER-PGE-001 - Obrigatoriedade de Termo de Indicação.

Ementa:

Lei Anticorrupção. Processo Administrativo de Responsabilização de Empresas (PAR). Indicação. Obrigatoriedade de Termo de Indicação no PAR.

Descrição:

Este Parecer da PGE/MT responde consulta formulada pela CGE/MT, esclarecendo que o termo de indicação é ato administrativo imperativo e condição necessária ao exercício do direito de defesa, por força da aplicação nacional da Lei nº 12.846/2013 e da incidência do art. 16 da Portaria nº 910/2015-CGU aos entes estaduais..

Links úteis: [Parecer 001 - Obrigatoriedade de Termo de Indicação.](#)

Revision #1

Created 2026-05-22 19:17:00 UTC by Verônica Torres

Updated 2026-05-22 19:19:59 UTC by Verônica Torres